



Declaração Conjunta dos Municípios da AIA

DIA NACIONAL DA ÁGUA 2014

Coincidindo simbolicamente com o início do ano hidrológico, assinalar-se-á no próximo dia 1 de Outubro, o Dia Nacional da Água, criado para promover a reflexão sobre a importância dos recursos hídricos para o bem-estar humano, a saúde, a segurança alimentar, a preservação do bom funcionamento dos ecossistemas e da biodiversidade, o ordenamento do território e a própria soberania nacional, numa acção colectiva e de participação democrática que determine uma governação da água em sintonia com estes objectivos.

Desde a sua criação que a Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA) e os Municípios que a integram (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal) entendem oportuno realçar a importância da data, comunicando aos seus munícipes e aos portugueses em geral, bem como às instituições, a sua posição sobre esta matéria, tão relevante para o progresso de Portugal e para a governação local, fazendo-o neste ano, num contexto em que a actualidade social e política deste tema se mantém premente.

A governação da água, promovida pelo actual governo e orientada por uma visão neoliberal em que a privatização da natureza e dos serviços públicos são a obsessão da acção governativa, continuou no último ano a aprofundar o afastamento da sua execução ao serviço dos interesses nacionais - da soberania e do desenvolvimento -, e dos interesses dos cidadãos - do bem-estar, da justiça social e da participação democrática na gestão desse bem.

Com agressividade, mas num discurso e acção pautados pelos eufemismos linguísticos e políticas dissimuladas, o governo e a maioria parlamentar têm procurado encobrir e negar as suas reais intenções.

Recente evidência desta intenção foi o afastamento da água do âmbito do diploma que cria o *regime extraordinário para a salvaguarda dos activos estratégicos para o interesse nacional*, o Decreto-Lei n.º 138/2014, de 15 de Setembro, facto que bem demonstra que o governo quer ficar com o caminho desimpedido não só para a privatização, mas também para a entrega destes activos aos interesses financeiros internacionais e às transnacionais da água e da energia.

Prosseguindo a ofensiva contra o Poder Local, as competências que lhe foram consagradas e os serviços públicos por este prestados às populações, nomeadamente em matéria de água e saneamento, o Governo, promoveu a aprovação de um novo estatuto da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março) que atribui ao Regulador competências que colidem e desrespeitam a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República, e prossegue acções que visam impor, ao arrepio da vontade da maioria dos municípios, o que designa de *reestruturação do sector da água*, que mais não é do que a centralização da gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos activos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso directo aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelos utilizadores, com o fim de criar um negócio da água, que culminará, sem dúvida, na tentativa de impor um processo semelhante ao que, recentemente, conduziu à privatização da gestão dos resíduos (EGF), com resultados altamente atentatórios dos legítimos interesses dos municípios e dos cidadãos.

Por outro lado, a maioria parlamentar que apoia o governo adiou mais de um ano a discussão do Projecto de Lei n.º 368/XII "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", resultado de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, que num exercício inédito de mobilização social desta natureza, recolheu mais de 40.000 assinaturas de apoio, excedendo largamente o mínimo exigido por Lei, acção política e social que é voz da imensa maioria dos portugueses que pretendem continuar a manter o Estado como garante de uma governação da água ao serviço de Portugal e dos portugueses e a gestão dos serviços públicos de água e saneamento em mãos públicas, no âmbito do controlo democrático, que a escolha popular e a participação cidadã garantem. Sublinha-se, a este propósito que esta Iniciativa da *Campanha "Água é de Todos"*, que a dinamizou, mereceu desde a primeira hora o apoio da AIA e dos Municípios nela associados.

É também momento de assinalar, com preocupação, as dificuldades financeiras, com que se debatem um amplo número de municípios, a nível nacional, para assegurar os compromissos com os sistemas multimunicipais e o arredar de milhares de portugueses, por carência económica, do acesso a serviços públicos essenciais, entre eles a água. Situação esta, gerada por políticas erradas para o Poder Local e o sector da água, conduzidas pelo actual e anteriores governos, asseveradas pelo processo de austeridade e empobrecimento que o País conheceu, com grande dureza nos últimos anos, em resultado da implementação do Memorando da *Troika*.

Por seu turno, os municípios reunidos na AIA continuam a afirmar a sua intenção de manter na esfera pública local a gestão dos serviços de águas, manifestando o seu repúdio face à tentativa de imposição de um modelo centralista que visa a sua privatização numa fase posterior.

Actuando coerentemente com a sua opção por uma gestão pública e local ao serviço das populações e do desenvolvimento da Região e do País, os municípios da Península de Setúbal, prosseguiram, e prosseguirão, uma governação orientada ao incremento contínuo da qualidade do serviço prestado, à garantia de acesso à água – todos os municípios associados da AIA dispõem de tarifários sociais com este objectivo - e à eficiência técnica e económica dos sistemas de abastecimento, isto, apesar do contexto de grandes dificuldades, impostas pelo governo e pela "Troika", em que se assistiu à redução das receitas municipais com origem no Orçamento do Estado e à imposição do famigerado FAM (Fundo de Apoio Municipal), que em conjunto agravarão, ainda mais, a situação financeira dos municípios no futuro, revelando-se parte de uma tentativa de condicionamento do Poder Local na defesa das suas competências e dos interesses dos munícipes.

Com os mesmos objectivos, os da qualificação contínua do serviço prestado às populações e a defesa da gestão pública local, estas autarquias continuam a prosseguir, no seio da AIA, o processo de criação de um Sistema Intermunicipal de Água em Alta para a Região, no âmbito do qual foi concluído, em 2013, o processo técnico de elaboração do Estudo de Concepção Geral do Sistema, e se desenvolveu, no presente ano, a abordagem à identificação dos cenários para a sua concretização, encontrando-se em preparação a fase seguinte, o estudo de viabilidade económica e financeira.

Assim, os representantes dos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, reunidos em Assembleia da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal, entendem oportuno:



-
- 1 – reafirmar o seu compromisso persistente e determinado na defesa do Poder Local e da gestão pública da água, exigindo o respeito pela autonomia deste nível da governação, sem prescindir do exercício das suas competências em defesa dos interesses das populações;**
 - 2 – reafirmar a denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, do sector da água e dos serviços que lhes dão corpo, construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações;**
 - 3 – reafirmar o seu inabalável compromisso com a água como bem comum, direito e responsabilidade de todos, estratégico para soberania e desenvolvimento nacional, cuja gestão, com estes objectivos, apenas o Estado, através dos seus diferentes níveis de governação (central, regional e local) está em condições de garantir;**
 - 4 – recordar a incontornável responsabilidade da administração central na execução de políticas sociais que disponibilizem aos portugueses condições materiais que assegurem o direito humano de acesso à água sem exclusão por razões socioeconómicas;**
 - 5 – apelar a todos os municípios da Região e aos portugueses em geral, para que exerçam o seu direito de participação na definição das políticas da água em defesa da gestão pública deste bem e dos serviços públicos de água e saneamento, bem como, manifestar a sua solidariedade para com os promotores e demais cidadãos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos "Protecção dos direitos individuais e comuns à água", apelando à aprovação do Projecto de Lei n.º 368/XII, na Assembleia da República no próximo dia 9 de Outubro.**

Só publica a água é de todos!

Setúbal, 29 de Setembro de 2014

Os Municípios da AIA

(Município de Alcochete, Município de Almada, Município do Barreiro, Município da Moita, Município de Palmela, Município do Seixal, Município de Sesimbra e Município de Setúbal)